

Pães e peixes na pandemia, um ato de amor

» LUCIANA S. L. ALBUQUERQUE ANDRADE
Vice-presidente do Instituto Doando Vida por Rafa e Clara

Pandemia lembra desemprego, lembra fome. “Está aqui um menino que tem cinco pães de cevada e dois peixinhos. Mas o que é isso para tanta gente?” Naquele tempo, eram cinco mil homens ali reunidos e André, um discípulo de Jesus, mesmo tendo dúvida sobre o que iria acontecer, arriscou apontar para um menino com seus poucos pães e peixes como solução para acabar com a fome da multidão. E sua coragem foi recompensada!

O trecho é uma passagem extraída das Sagradas Escrituras (Jo 6,9) e muitos poderiam dizer que é apenas uma mensagem antiga, ultrapassada. Absolutamente! É bastante atual e acontece perto de nós. É a história de milhões de brasileiros, principalmente nesta pandemia da covid-19. E alguns ainda arriscariam dizer que aquela situação (gente faminta aglomerada) aconteceu em outra época, em outra cultura, longe da nossa realidade. Ledo engano. Vemos hoje, no Brasil, milhares de famílias aglomeradas em favelas, que sentem a mesma fome.

Vemos também pessoas que buscam ajudar, mas só tem consigo poucos pães e poucos peixes e desistem. São situações semelhantes: a daquele tempo e a de agora. Então, o que mudou? Mudou o número de famílias historicamente relegadas a segundo plano, tanto no interior do país quanto no meio urbano. Existem, hoje, milhões delas aglomeradas em invasões, com fome de alimentos básicos e sede de atenção e cuidado: invasões, como a Chácara Santa Luzia, situada em Brasília, a poucos quilômetros do centro das decisões do Brasil, onde quase 10 mil famílias enfrentam situações difíceis para se alimentar e sobreviver.

Cientes dessa situação, algumas pessoas reagem — como naquele tempo — com a mesma incredulidade, dizendo “O que temos é pouco! Como vamos ajudar tanta gente?” Tal atitude concorre para agravar ainda mais a situação da fome. Sentindo-se impotentes, talvez por uma paralisia momentânea, algumas pessoas julgam que o pouco que têm não pode ser dividido e, mesmo sendo dividido, não sacia a fome de uma multidão. Essas pessoas ficam paralisadas e a pobreza se perpetua.

Contudo, não se pretende, aqui, discorrer sobre a paralisia, mas sim sobre as atitudes positivas de muitos. É preciso falar da ação de muitos Andrés em nossos dias, que, semelhantes ao discípulo de Jesus, buscam soluções para ajudar. É preciso também falar dos muitos meninos de nossa sociedade, que, como o menino dos pães e dos peixes, tiram do pouco que têm

para salvar vidas. Sim, diante da situação que vivemos, é preciso ter um olhar ameno e ver as pessoas sob outro prisma. André e o menino são símbolos dos que acreditam que o pouco de alguém é muito para quem não tem nada.

André representa as instituições beneficentes que, mesmo enfrentando dificuldades, se lançam numa jornada difícil de fazer o bem; que acreditam que, só com a partilha do pão, as multidões de vulneráveis sobreviverão; que creem que a mudança da cruel realidade das famílias se conquista no dia a dia, com muita luta para angariar recursos (financeiros e materiais) e, assim, ajudar a quem nada possui. O menino, por sua vez, representa as pessoas de bom coração, que, mesmo tendo restrições financeiras, estendem a mão para doar e se unir às instituições nessa caminhada: doar vida é o objetivo. O menino também representa a empresa (pequenas ou grandes) que, mesmo passando dificuldades nesta pandemia, persiste na parceria, ajudando a quem ajuda. Meninos são, ainda, os voluntários que se doam a si

mesmos no cuidado diários das crianças, na distribuição incansável de alimentos; e, por fim, meninos são as próprias pessoas das comunidades vulneráveis que, do pouco que têm, tiram algo para suprir a necessidade de seu vizinho, que tem menos ainda, e o fazem com amor!

Enfim, essa é uma história real e bem próxima de nós. É a história do Instituto Doando Vida por Rafa e Clara, que é um lugar onde trabalha uma enorme família de amigos e colaboradores incansáveis: Andrés e meninos. É uma instituição do bem, da qual eu, que aqui escrevo, sou parte e fã incondicional. No Doando Vida, cuidamos, ajudamos, alimentamos a quem tem fome e só o fazemos porque temos a ajuda de muitos. E, como uma grande família centrada no amor ao próximo, estamos sempre abertos à colaboração de todos. Venha fazer parte dessa família, que acredita que pães e peixes podem ser multiplicados para acabar com a fome: basta acreditar, erguer as mangas e trabalhar!



Mercado, o grande regulador de preços

» FERNANDA DELGADO
Professora e pesquisadora da
Fundação Getúlio Vargas (FGV Energia)

Sempre que há elevação dos preços dos combustíveis no país aparece a tentação da solução mais fácil: o controle de preços. As mais diversas organizações, usualmente com viés estatizante, apresentam a resposta mágica de que bastaria a Petrobras reduzir os preços e os problemas se resolveriam, ignorando o arcabouço legal e a lógica econômica, além de todos os efeitos que tal medida poderia ocasionar para os investimentos no país.

Não se pode ignorar que, desde 2002, o ambiente de comercialização dos combustíveis no Brasil é de livre competição e os agentes têm liberdade para importar e exportar. Esta liberdade é garantida pela Lei do Petróleo (Lei nº 9.478/97) para todos os segmentos do mercado de combustíveis: produção, distribuição e revenda.

Dessa forma, segundo a lógica econômica, a precificação de commodities, em um ambiente de livre competição, é dada pelos balanços de oferta e demanda globais, uma vez que produtos dessa natureza são produzidos, transportados e comercializados em larga escala por todo o mundo.

Assim, o diesel produzido nos Estados Unidos pode ser facilmente transportado, comercializado e consumido no Brasil. Da mesma maneira, o petróleo produzido no Brasil pode ser facilmente transportado, comercializado e consumido nos Estados Unidos ou em outros países. Por isso, os preços dos combustíveis e das commodities, em geral, são resultado do equilíbrio dos fluxos globais, refletindo o seu real valor. É natural, portanto, que os preços dos combustíveis no Brasil convirjam para o valor do produto no mercado internacional, pois a competição é global.

O conceito de paridade não está restrito ao setor de petróleo; aplica-se aos diversos tipos de commodities no mercado brasileiro, como, por exemplo, os produtos agrícolas (soja, arroz, trigo, entre outros). Ele é essencial na construção de um mercado realmente competitivo, que traduz um equilíbrio de oferta e demanda não apenas no Brasil, mas entre o Brasil e o mundo. Qualquer tentativa de interferência que não preserve a liberdade de preços em todos os elos da cadeia tem efeitos negativos conhecidos e coloca o país no atraso.

Na contramão da abertura do mercado, a prática consistente de preços defasados e controlados implica o afastamento de outros agentes, como importadores, refinadores e operadores logísticos. Essa prática pode gerar falta de sustentação econômica para a realização de importações. E os investimentos necessários para atendimento da quantidade e da qualidade exigidas pelo mercado podem não vir, o que implicaria em risco de desabastecimento, com maiores custos ao consumidor.

Pela lógica econômica de um mercado aberto, o investidor buscará o ambiente que lhe proporcione os maiores retornos. Importa destacar que a presença estatal no refino impôs ao Brasil um atraso de crescimento da infraestrutura de abastecimento na última década, especialmente por afugentar o investimento privado. Mesmo com algum esforço da Petrobras em ampliar a capacidade de refino e rotas de escoamento dos derivados, há ainda deficiência logística e déficit de derivados estruturais. Por isso, os preços de paridade de importação são elemento-chave para que, em mercado aberto, se consiga, por meio de múltiplos agentes, ampliar a estrutura existente.

Importante ressaltar também o marco legal trazido pela Lei das Estatais, lei nº 13.303 de 2016. Esta lei estabeleceu que as empresas de economia mista, como a Petrobras, devem atuar sempre de maneira equivalente a empresas privadas concorrentes, o que é, inclusive, um dos pilares do processo de entrada do Brasil no seletivo grupo da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O fenômeno atual de aumento de preços dos energéticos é global, dado o descompasso entre a retomada da atividade econômica e a oferta de energia e demais insumos, impactando os índices de inflação dos diversos países. Adicionalmente, o fortalecimento do dólar em âmbito global e, em especial, no Brasil, avança os preços das commodities e dos combustíveis.

Portanto, para que o Brasil siga no caminho da lógica econômica saudável, os preços praticados pelos diversos agentes devem seguir a livre competição determinada pelo arcabouço legal vigente em um mercado global. Além de seguir a lei, isso manterá afastado o risco de desabastecimento do país.

Ambientes distintos

LUIZ ANTÔNIO FRANÇA
Presidente da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc)

A China vive um momento desafiador. A situação delicada das incorporadoras Evergrande, a segunda maior do país, e da Fantasia em honrar suas dívidas ameaça a estabilidade econômica do gigante asiático. Entretanto, esse cenário não tem nenhuma relação com o atual mercado imobiliário brasileiro. O caminho escolhido para expandir seus negócios levou a Evergrande a contrair alto volume de empréstimos e a diversificar demais seus investimentos. Porém, o mercado imobiliário brasileiro segue saudável.

Os ambientes para esse setor são bem distintos quando olhamos para a China e o Brasil. Não temos aqui a prática de alavancagem, o que reduz a matriz de riscos. Em geral, as nossas incorporadoras têm um bom caixa e fácil acesso ao mercado de capitais. O país contabiliza 30 empresas desse segmento com capital aberto no setor de Real Estate.

O financiamento habitacional no Brasil é lastreado por um robusto arcabouço jurídico, que evoluiu muito nos últimos anos, fruto do aprendizado vindo com a falência da Encol em 1999. Em 2004, houve a implantação da Alienação Fiduciária e do Patrimônio de Afetação; em 2018, demos outro passo importante com a aprovação da Lei do Distrato. Essa legislação garante proteção a investidores e compradores e mitiga os riscos de forma substancial. Todo esse arcabouço legal propiciou um forte e sustentável desenvolvi-

mento no mercado brasileiro de crédito imobiliário. Uma prova disso é que ao avaliarmos a média de unidades financiadas nos 10 anos antes da implantação do marco legal, em 2004, e os 10 anos depois tivemos um aumento de 800%.

O ano de 2020, marcado pela crise sanitária e econômica, foi positivo para a construção, que gerou um saldo positivo de empregos. Nos últimos 12 meses, foram criados 312 mil empregos formais, de acordo com o Caged, sendo que a construção civil foi o setor que mais contribuiu para a geração de empregos. Atualmente, a inadimplência do crédito imobiliário no Brasil segue em patamares bastante baixos; o índice de atraso acima de 90 dias no Sistema Financeiro de Habitação (SFH) está em 0,98%. Os processos para financiamento de imóveis por aqui são bem rigorosos, exigindo diversos comprovantes tanto para o financiamento de imóveis prontos quanto para o financiamento de construção, cujos recursos somente são liberados de acordo com o andamento da obra. Tudo isso garante uma forte segurança ao financiamento habitacional e inibe a prática de alavancagem por parte das empresas do setor.

Em vários pontos do país a valorização dos imóveis é sensivelmente visível, motivada pelas boas condições de crédito imobiliário e pela taxa de juros real (juros menos inflação) negativa. De acordo com o indicador Índice Geral do Mercado Imobiliário Residencial (IGMI-R)

da Abecip, houve um crescimento de 11% no preço dos imóveis nos últimos 12 meses. Em São Paulo, a valorização chegou a 19%.

O fato é que a oferta de crédito imobiliário segue crescente. Em 2021, as contratações desse tipo de financiamento subiram 108% no primeiro semestre, em relação a igual período do ano passado, atingindo seu maior volume histórico. Também é crescente a venda de imóveis novos. De acordo com indicadores do setor, a venda de imóveis no primeiro semestre subiu 25%, se comparada ao mesmo intervalo de 2020; já os lançamentos subiram 61%. E os incorporadores seguem confiantes: dados da pesquisa Abrainc/Deloitte mostram que 94% dos empresários pretendem comprar um terreno nos próximos 12 meses.

Temos, ainda, um alto déficit habitacional — cerca de 7,8 milhões de famílias ainda buscam a casa própria. Além disso, estima-se que cerca de 1,1 milhão de novas famílias serão formadas anualmente. Esse volume é cerca de duas vezes acima da quantidade de imóveis novos produzidos no último ano. Portanto, os pilares que vão garantir o crescimento sustentável do mercado estão bem constituídos: forte demanda, segurança jurídica, capacidade de financiamento e uma série de empresas bem capitalizadas e com boa governança. Desse modo, a recente crise imobiliária chinesa não tem nenhuma hipótese de afetar as incorporadoras brasileiras.